

Uns com os outros, o laço possível

Partiremos agora, com Freud e Lacan, para uma investigação mais fina da relação tão peculiar, estranha e familiar que se estabelece entre os membros da massa. Fazendo uma analogia entre o símile *schopenhaueriano* dos porcos espinhos e os homens o autor indica que “... nenhum deles pode tolerar uma aproximação demasiado íntima com o próximo.” (Freud, [1921], p. 112). Aqui Freud indica o caráter paradoxal da relação entre os homens e vai na contramão, como já vimos, da união “complacente” dos membros da massa.

Sabemos que as relações amorosas fundadas ao longo de nossa existência também são permeadas por sentimentos aversivos como o ódio. Na massa notamos, a partir das características já tratadas, nítida tolerância a qualquer diferença entre os membros que desperte tais sentimentos.

Enquanto uma formação de grupo persiste ou até onde ela se estende, os indivíduos do grupo comportam-se como se fossem uniformes; toleram as peculiaridades de seus outros membros, igualam-se a eles e não sentem, aversão por eles. Uma tal limitação do narcisismo, de acordo com nossas conceituações teóricas, só pode ser produzida por um determinado fator, um laço libidinal com outras pessoas. O amor por si mesmo só conhece uma barreira: o amor pelos outros, o amor por objetos. (Freud, [1921], p. 113)

O estranhamento com o dessemelhante desaparece e as diferenças individuais, que em outras circunstâncias gerariam desconforto ou conflito, ficam pequenas se comparadas ao forte laço que une o grupo.

A alusão à libido nos indica alguns caminhos, mas apenas Eros não responde ao enigma da massa. A observação que Freud compreende no texto, analisando as digressões dos autores citados – Le Bon e Mc Dougall – não é restrita à descrição fenomenológica do agrupamento. Ele dá um passo adiante para localizar a importância do estudo dos efeitos descritos até agora nos indivíduos que formam um grupo.

Antes que os membros de uma multidão ocasional de pessoas possam constituir algo semelhante a um grupo no sentido psicológico, uma condição tem de ser satisfeita: esses indivíduos devem ter algo em comum uns com os outros, um interesse comum num objeto, uma inclinação emocional semelhante numa situação ou noutra e (‘consequentemente’ gostaria eu de interpolar) ‘certo grau de influência recíproca’. (Freud, [1921], p. 94-95)

Na passagem acima, Freud além de reconhecer a sugestibilidade como efeito do grupo, sublinha, como condição primordial desta, a presença de um elemento comum a todos. Só é possível haver a homogeneidade da massa se um membro puder reconhecer no outro este traço em comum que os torna fraternos. “Um grupo primário desse tipo é um certo número de indivíduos que colocaram um só e mesmo objeto no lugar do seu ideal do ego e, conseqüentemente se identificaram uns com os outros em seu ego” (Ibid., p. 126)

Como vimos até aqui identificação é ressaltada como um conceito fundamental para o entendimento do enlace na massa. Nosso próximo passo será uma breve excursão por este conceito através do “Estádio do Espelho” (Lacan, 1949) e do mito do Édipo. Nossa intenção é traçar um percurso no qual a identificação, além do viés unificador, possa sustentar um laço também pela alteridade, portanto, permeado pela diferença em detrimento à homogeneidade.

4.1

O espelho do (O)outro

Além do amor, observamos outro mecanismo de ligação afetiva apontado por Freud, a Identificação. Definida como “a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa” (Freud, [1921], p. 115), a identificação aparece como um mecanismo primário recorrente em todas as formações grupais que encontramos.

Se, como aponta Freud, o agrupamento tolera o outro via enlace amoroso, a identificação é a operação que primeiro reconhece o dessemelhante como semelhante, incluindo a alteridade.

Em 1949, Lacan em “O estádio do espelho como formador da função do eu” descreveu a assunção do eu justamente pela percepção de uma “outra”

imagem refletida no espelho. O texto em questão trata da antecipação de uma criança, que ao olhar-se no espelho, reconhece sua imagem.

Esta ação “simplória” reduplica o corpo e a realidade da criança, estabelecendo para a mesma uma série de experiências fundamentais para a assunção da mesma em um *eu* constituído (Lacan, 1949, p. 96-97).

Como veremos, o espelho enquanto “reprodutor” dos objetos não garante o reflexo de ninguém. A figura apreendida pelo espelho, não é necessariamente a *gestalt* da criança que a olha, mas certamente ela é uma imagem da mesma. Na concepção teórica que Lacan retoma em seu seminário sobre “os escritos técnicos de Freud”, 1953-54 explica:

Para que a imagem tenha uma certa consistência, é preciso que seja verdadeiramente uma imagem. Qual a definição de imagem em óptica?- a cada ponto do objeto deve corresponder um ponto da imagem, e todos os raios saídos de um ponto devem se recortar em algum lugar num ponto único. (Lacan, 1954, p.167)

Quando o *infans* mira o espelho, e este reflete uma imagem única, os pontos reflexivos que coincidem com o seu corpo demarcam uma linha, produzindo uma *gestalt*. Ou seja, a unidade imaginária dada aí cumpre seu estatuto. Lacan assegura aqui que a primeira representação corporal que um ser estabelece não passa de uma imagem. Porém esta apreensão não é simples, afinal, como saber efetivamente que aquele corpo que aparece é uma imagem sua, reflexiva?

Olhar-se no espelho é um ato também simbólico, pois origina dois objetos, um objeto real que mira o espelho, e um objeto virtual, que é mirado. Para esta operação há de se ter uma mediação, pois antes mesmo do reconhecimento do corpo, a imagem virtual também mira, ela é outro. Por isso “O outro tem para o homem valor cativante, pela antecipação que representa a imagem unitária tal como é percebida, seja no espelho, seja em toda realidade do semelhante” (Lacan, 1953-54, p. 169).

Para que haja, digamos assim, a assunção simbólica da figura vista, pela qual a imagem é circunscrita e reconhecida como corpo próprio, é preciso que alguém o diga. Este ato precipitará não só um corpo unificado, mas também a constituição do eu. Segundo Freud, “O ego é, primeiro e acima de tudo um ego corporal; não e simplesmente uma entidade de superfície, mas é, ele próprio, a

projeção de uma superfície.” (Freud, [1923], p. 39). Esta unidade psíquica, que chamamos de eu e que nos remete à idéia de unicidade, é antecipada por uma imagem alheia, que a princípio não lhe pertence. Trata-se aí de uma identificação. “Basta compreender o estádio do espelho como uma identificação, no sentido pleno que análise atribui a este termo, ou seja, a transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem” (Lacan, 1949, p. 97).

E o que quer dizer assumir uma imagem? Mas ao que será que o *infans* se identifica, será meramente a uma imagem? Digamos que normalmente aquele que vai dar corpo ao *infans*, dizendo: “este é você”, e situando aí o seu eu seja sua mãe. A mãe chama-o pelo nome. Ela afirma que aquele corpo pertence a fulano.

Que um nome, por mais confuso que seja, designe uma pessoa, determinada, é exatamente nisso que consiste a passagem ao estado humano. Se se deve definir em que momento o homem se torna humano, digamos que é no momento em que, por menos que seja, entra na relação simbólica. (Lacan, 1954, p. 207)

O que Lacan afirma aqui categoricamente é que o ser humano é um ser simbólico. O que nos diferencia dos outros animais é a abstração simbólica de que somos feito. Nossa precariedade e complexidade estão aí. A criança depende do O(o)utro inclusive para receber sua designação de ser. Esta primeira operação fundante, é ilustrada pela identificação na fase que Lacan denominou “estádio do espelho”.

Porém o conceito de identificação apresenta-se bastante complexo na teoria psicanalítica. Freud, no texto de 1921, circunscreveu três vias da identificação. A primeira se desenhou como a identificação primordial, ou ainda com o pai, antes mesmo que ele ganhasse esse título. Esta identificação se remete ap Pai ancestral e onipotente da horda. A segunda via, Freud denominou de identificação regressiva, aquela declina da relação amorosa, quando o objeto não corresponde ou decepciona. Por fim a identificação histórica, pela qual via observação de um traço comum, a pessoa adquire um sintoma alheio.

Para Lacan a identificação não é estratificada em vias ou etapas. Talvez o autor tenha reconhecido nos três aspectos sugeridos por Freud uma interseção, um ponto em comum irreduzível ao conceito. Sua aposta - desde o seminário sobre a transferência, e que se consolida num seminário exclusivamente dedicado a identificação - é que esta é *ein einziger Zug* (Lacan, 1960-61, p. 420-438), ou seja, a identificação ao traço, que é único e precisamente uma marca de distintividade.

É este traço que une a imagem ao significante, um significante único. “[...] o sujeito nasce no que no campo do Outro, surge o significante (Lacan, 1964, p. 187). Quando afirmamos que a mãe é o primeiro grande Outro da criança, reserva-se aí todo o poder daquela que exerce a função materna. Isto quer dizer que nos primórdios da vida do ser humano, é a mãe quem vai significar o mundo. Ela é a sede da cadeia significante: “O Outro é o lugar em que se situa a cadeia significante que comanda tudo que vai poder presentificar-se no sujeito, é o campo desse vivo onde o sujeito tem que aparecer”. (Lacan, 1964, p. 193-194). Oferecendo este primeiro significante ao bebê, a mãe estabelece aí, num só golpe, o advento do eu corporal e a alienação do pequeno ser ao nome e ao corpo.

O significante produzindo-se no campo do Outro faz surgir o sujeito de sua significação. Mas ele só funciona como significante reduzindo o sujeito em instância a não ser mais do que um significante, petrificando-o pelo mesmo movimento com que o chama a funcionar, a falar, como sujeito. (Lacan, 1964, p. 197)

Podemos dizer com Lacan que a criança identifica-se com um significante para ganhar corpo. Sua autonomia de reconhecimento perante sua imagem [Eu] acontece quando este perde o direito de sua própria designação, que é ditada por Outro. A emergência do eu como instância psíquica se dá às custas do seu sacrifício. Concomitante ao júbilo de sua imagem, o eu aprisiona-se a um significante, tornando-se assim assujeitado deste, sujeito.

Porém este primeiro significante é apenas um do imenso repertório que o Outro dispõe. Ao mesmo tempo em que a nomeação simbólica aprisiona, ela também permite que o *ser, seja alguém*, um ser que busca a partir da sua alienação. Não satisfeito com sua designação o sujeito passa a buscar outros significantes que o digam por inteiro

Contudo, a este assujeitamento o eu ganha identidade corporal reconhecendo na sua imagem ele mesmo e o outro. A descoberta de sua imagem através de um corpo estranho introduz o semelhante, ou ainda o eu ideal. O eu ideal é o outro do [eu].

A assunção jubilatória de sua imagem especular [...] a matriz simbólica em que o [eu] se precipita numa forma primordial, antes de se objetivar na dialética da identificação com o outro [...] Esta forma [...] o eu ideal, [...] será também a origem das identificações secundárias [...] Mas o ponto importante é que esta forma situa a instância do eu, desde antes de sua determinação social, numa linha

de ficção, para sempre irreduzível para o indivíduo isolado. (Lacan, 1949, p. 97-98)

O eu ideal, justamente constitui esta primeira imagem unificada, fechada, completa da criança. Subjugado ao significante extraído do campo do Outro, o eu, delira que corresponde aquele nome. Este eu onipotente foi descrito por Freud através do narcisismo (Freud, [1914]), etapa pela qual o eu apresenta-se como seu próprio ideal. Este chamamento inicial coincide, como veremos a seguir, ao primeiro tempo do Édipo. Neste o bebê acredita que completa sua mãe, que a ela nada falta. E, por isso, conseqüentemente nada falta a ele.

Entretanto, a mãe, que num primeiro momento aliena a criança numa imagem-significante, revela-se atravessada pela alteridade. Esta condição transcende a efêmera satisfação que um dia o eu sentiu e impõe-lhe sua condição de *não-todo*.

Em suma, a identificação com uma imagem dessemelhante inaugura para o [eu] seu primeiro par, que dará origem a todos os seus outros pares, seus semelhantes, os quais Lacan salienta acima ao falar de identificação secundária.

Se por um lado a identificação relatada na experiência do espelho revela o estado de alienação do eu, por outro aponta para um próximo caminho a ser percorrido por este pequeno ser. A mãe enquanto primeiro Outro do bebê será a responsável pelo infortúnio de seu assujeitamento, mas também será ela que ao desviar seu olhar brevemente lhe dará a possibilidade de buscar fora dela outros significantes que lhe correspondam. Essa dinâmica foi notadamente ilustrada por Freud no Complexo de Édipo.

4.2

Édipo: o mito do laço

O Complexo de Édipo foi a primeira referência ao coletivo em Freud. A descoberta do mito grego pela psicanálise revelou a triangulação edípiana como marco fundador das relações, do laço social. A assunção do mito ao longo da teoria psicanalítica fez deste uma marca na história da psicanálise. O complexo de Édipo tornou-se ferramenta indispensável para a clínica daqueles que decidiram

seguir os passos Freud; e, ainda, sua releitura, feita por Jacques Lacan em 1956, no seminário intitulado “As formações do inconsciente” (1957-58), sublinhou sua importância na formalização das estruturas pelas quais os indivíduos se relacionam com o Outro/outro. O complexo de Édipo, como veremos a seguir, não é apenas uma história que conta o drama familiar de cada um. Para além de um mito individual, o complexo de Édipo é um fato que funda o campo social, cria o mundo e inclui o sujeito neste.

A primeira menção ao mito ocorreu em 1897 quando numa troca de correspondência com Fliess, Freud, fazendo sua auto análise, afirmou: “o poder de dominação de Édipo-Rei torna-se inteligível [...]. O mito grego salienta uma compulsão que todos reconhecem por terem percebido em si mesmos marcas da sua existência” (Freud, 1897/1996, p. 315). Neste momento Freud não soma o termo complexo ao mito, nem se aprofunda teoricamente em seu achado, entretanto reitera a grandeza de sua descoberta dando-lhe status de universalidade.

Essa descoberta é confirmada por uma lenda da antiguidade clássica que chegou até nós: uma lenda cujo poder profundo e universal de comover só pode ser compreendido se a hipótese que propus com respeito à psicologia infantil tiver validade igualmente universal. O que tenho em mente é a lenda do Rei Édipo e a tragédia de Sófocles que traz seu nome. (Freud, [1900], p. 287)

Isto quer dizer que Freud não poupou ninguém da tragédia grega. Com algumas nuances, estamos todos referenciados a ela. O advento da psique está sempre alienado à marca que designa o mito, a saber, o incesto. Por isso, o Édipo conquistou lugar privilegiado desde sua primeira alusão, até os últimos textos freudianos que incluíam a temática, tornando-se um conceito originário.

Afirmou-se justificadamente que o complexo de Édipo é o complexo nuclear das neuroses, representando a peça fundamental no conteúdo delas. [...] Cada novo ser humano confronta-se com a tarefa de dominar o complexo de Édipo, e aquele que não consegue realizá-la sucumbe à neurose. O progresso do trabalho psicanalítico tornou cada vez mais claro essa importância do complexo de Édipo; seu reconhecimento converteu-se no *schboleth* [traço distintivo] que separa os partidários da psicanálise de seus oponentes. (Ibid., nota acrescentada em 1920, p. 214)

Este momento funda as primeiras relações do indivíduo com aqueles que, junto a ele, representam o romance familiar, introduz os primeiros objetos a quem

o eu se dirige e posteriormente abre caminho para o laço através da identificação. “Podemos apenas ver que a identificação esforça-se por moldar o próprio ego de uma pessoa segundo o aspecto daquele que foi tomado como modelo”. (Freud, [1921], p. 116).

Este modelo é fundamentalmente o pai, que se apresenta na dinâmica edipiana como o homem para quem a mãe olha ao desviar sua atenção da criança. “O pequeno menino dá provas de um interesse particular por seu pai, gostaria de se tornar como ele, tomar seu lugar em todos os pontos. Digamo-lo tranquilamente: toma seu pai como ideal” (Huot, *apud*, 1987, p. 207). O Ideal do eu é introduzido na cena como os atributos que fazem a mãe preferir o pai à criança.

No posterior desdobramento do complexo de Édipo, a identificação do menino com o pai faz com que o primeiro, na tentativa de ser o objeto de desejo de sua mãe, se dirija a ela movido pelo instinto sexual. Porém, o pai proíbe ao menino este objeto primordial em sua vida. “O menino nota que o pai se coloca em seu caminho, em relação à mãe. Sua identificação com eles assume então um colorido hostil e se identifica com o desejo de substituí-lo também em relação à mãe” (Freud, [1921], p. 115). Neste ponto, à identificação acrescenta-se a hostilidade a este ser – o pai – que ficará marcado para sempre como aquele que impediu este primeiro anseio de satisfação e, ao mesmo tempo, o despertou.

A partir desta narrativa os sentimentos da criança em relação a seus pais se modificam. Eles sempre guardarão parte da libido sexual que os despertou, mas serão de agora em diante “inibidos em seu objetivo” (Ibid., p. 121). Os futuros enamoramentos que trilharão a vida afetiva do indivíduo contarão ao mesmo tempo com duas frações para o amor: uma parte que corresponde à libido (esta energia primeira, primitiva) e outra que diz respeito à coerção desta, ou seja, que foi transformada e domada por sua inibição. Observa-se aí que o amor, enquanto libido inibida, que permitirá que o eu se dirija aos objetos. É disto que trata o complexo de Édipo, a castração.

A leitura freudiana do mito traz um colorido imaginário que foi decididamente posto de lado com Lacan. O apelo à via imaginária não deixa de ter sua importância, pois os pais são de fato os primeiros personagens da história de

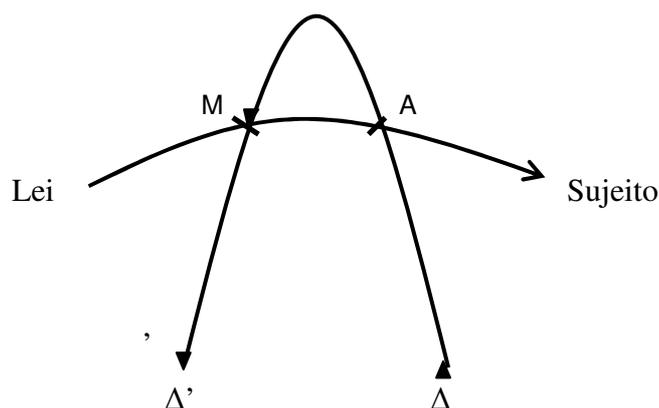
uma criança. Mas como Lacan sublinha não se trata dos personagens, mas sim de suas funções.

Nas lições que discorre sobre o complexo de Édipo, Lacan, inclui na triangulação edipiana um quarto elemento, o falo (Lacan, 1958, p. 181). Este objeto aparece na cena apenas como órgão sexual masculino, mas como artifício simbólico. O falo é um significante que circula, assim como no jogo de passar o anel, entre as três figuras que instituem o triângulo edípico, a saber: mãe, pai e criança.

Aceitar ou não a privação (do falo) efetuada na mãe pelo pai é crucial no Édipo, pois coloca o sujeito na posição de escolher ser ou não ser o falo, ou seja, aquilo que sua mãe deseja.

Na tentativa de ser o objeto de desejo de sua mãe, a criança se dirige a esta movida pelo instinto sexual. Porém, para se dirigir ao seu objeto primordial - a mãe, a criança terá que ter atravessado a ordem constituída pelo simbólico (o gráfico explicará abaixo). Só então seu desejo se encontrará submetido à lei do desejo do Outro.

Neste momento, embora seja a mãe que mostre o quanto a criança é insuficiente, é o pai que proíbe o incesto, que porta a lei. Aqui vale ressaltar que o pai veste a lei, mas ela desde sempre está lá. No gráfico do desejo, Lacan começa a esclarecer como isso acontece.



- Δ - O assujeito
- Δ' - O assujeito significado
- M - A Mensagem
- A - O Outro

Figura 2 – O grafo do desejo

Em delta, está o assujeito, porque primeiramente ele é totalmente dependente do querer de alguém. É do assujeito que parte uma emanção vital, uma necessidade não nomeada. Pode ser um choro ou um barulho qualquer. Em A, o que emana, se encontra com alguém que recebe, nomeia e significa este choro. Isto acontece porque o Outro que se encontra com aquilo que emana também é a sede do significante, a sede do código. Ao cruzar com o Outro, a emanção também cruza com uma lei nele instituída. A mãe é um ser falante e por isso também está norteadada pela ordem do código, do simbólico. Assim com a criança, ela também foi cortada por um Outro que a nomeou, ordenando a cadeia significante. Nela também reside uma lei.

É somente por isso que a mãe pode retornar como mensagem (M) o que foi emanado pelo assujeito. O Nome-do-Pai será o significante responsável por enunciar a lei que está para além do seu querer, além do seu capricho.

“No primeiro tempo e na primeira etapa, portanto, trata-se disso: o sujeito se identifica especularmente com aquilo que é objeto do desejo de sua mãe.” (Lacan. 1958, p. 198). Lacan está neste momento fazendo coincidir o primeiro tempo do Édipo com o estágio do espelho em que a criança encontra-se completamente subjugada à mãe enquanto Outro. A mãe neste momento imagina que ela pode dizer o que seu filho é ou, precisa. Ou seja, a criança será o que a mãe disser que ela é. Para a criança à mãe nada falta, pois a primeira identifica-se justamente com o falo enquanto significante da falta. Aí está o período que Freud denominou de narcisismo em que o eu funda seu eu ideal. A criança está aí assujeitada ao desejo da mãe, que inicialmente destina à criança a função de completá-la, de ser tudo para ela. A função paterna nesta ocasião se revela ainda timidamente. Ela presentifica-se no que a mãe pôde desejar o seu filho enquanto saída para o seu próprio Édipo.

No segundo tempo, porém logo a criança percebe que foi enganada e que diferente do que imaginava a mãe deseja outra coisa. Esta simbolização acontece a partir das idas e vindas da mãe, do jogo de presença e ausência *-fort-da*¹, que se estabelece ainda muito primitivamente na vida de uma criança. A mãe, em suas

¹Em *Além do princípio do prazer*, Freud descreve como uma criança pequena que não chorava quando sua mãe a deixava, repetia incansavelmente um jogo que consistia em fazer desaparecer e reaparecer objetos: a criança deixava cair da beira da cama um carretel de madeira que estava ligado a um barbante e dizia o-o-o-o, em seguida ela puxava o barbante novamente para si e alegrava-se com o ocorrido com um feliz “Da”. Freud interpretou que a função desse jogo que é suportar a saída da mãe (Freud, [1920]).

ausências, deseja outro objeto, que também passará a ser o objeto de desejo da criança. Este reconhecimento tem duas conseqüências importantes: algo falta a essa mãe, pois ela não se satisfaz exclusivamente com a criança; e conseqüentemente algo falta à própria criança que não possui o que a mãe busca para satisfazê-la. O objeto que satisfaz é o que Lacan denomina de *falo*. Esta é a fase a qual Lacan denominou de privação. Introduce-se aí a dimensão da alteridade. Aqui, podemos dizer, ao mesmo tempo, de privação da mãe, pelo jogo *fort-da*, e privação na mãe pelo reconhecimento de que esta não é “completa”. Ela busca outro objeto que a satisfaça - o falo. O falo é o significante que substitui a falta, ele porta o pai revestido do Ideal. Este último, por sua vez representa aquele que possui o atributo fálico. É na medida em que se reconhece no pai o Ideal do eu que se produz conhecimento de que não se tem o falo (Lacan, 1958, p. 179). Introduce-se aí junto à dimensão imaginária do membro sexual masculino, o registro simbólico. A presença do pai se faz nas ausências da mãe. O pai a interdita, ele a proíbe, castrando.

Nesta etapa, o pai intervém a título de mensagem para a mãe [...] um *não* que se transmite no nível em que a criança recebe a mensagem esperada da mãe. [...] Esta mensagem não é simplesmente o *Não te deitarás com a tua mãe*, já nessa época dirigindo à criança, mas um *Não reintegrarás teu produto*, que é endereçado à mãe. (Lacan, 1958, p. 209)

Lacan marca aí o duplo da mensagem. Esta que chega para a criança enquanto interdição sobrescrita daquela que castra a mãe.

Ainda no segundo momento, a criança é obrigada a renunciar a identificação ao falo, na medida em que ela descobre não sê-lo. A aparição do pai aí marca este outro objeto que a mãe deseja. Mas a rivalidade imaginária também logo se encerra quando a criança percebe que o pai não é o falo, ele o detém. Uma vez que a criança imagina que o pai o detenha, esta sai de uma identificação meramente objetal - *ser o falo* e passa a querer possuí-lo. O Ideal aí deixa de ser referenciado apenas à onipotência e passa a representar também a potência viril.

Observa-se que uma vez inserida a alteridade, a criança é capaz de dirigir-se ao outro. Ela opta pelo pai, pois subentende que este personagem possui o que falta à mãe, e portanto o que falta a ele. O Pai aqui é escrito com letra maiúscula, pois é onipotente, coincide com o pai ancestral, Pai mítico que um dia experimentou o gozo absoluto. Tal imaginarização transcende sua primeira idéia

de completude, estabelecida pela unificação de sua imagem – eu ideal. Suplantado, o eu, se depara com seu Ideal do eu. Esta instância guarda a idéia de que “um dia” o eu possa ser dotado daquilo que lhe falta.

Por último, a constatação de que o pai possui e pode dar à mãe aquilo que ela deseja. O pai não é o objeto de desejo da mãe, ele o possui. Deixa de ser onipotente e passa a ser potente. Por isso se faz preferível à mãe. Acontece aqui uma clara mudança de objeto. Nisto está a saída, o declínio do Édipo. Feito este reconhecimento a criança pode se identificar com o pai, ou seja, com quem possui o *falo*. Isto significa que ela pode ser viril. Para o menino, a virilidade é uma carta na manga, uma metáfora que será significada mais tarde. Designa-se aí o terceiro tempo do Édipo no qual o falo deixa de ser personificado. Ele é um objeto que se pode ter ou não. O falo institui-se como falo simbólico, ou seja, ele não é apenas o objeto que soma, completa, mas também representa o significante da falta.

Em terceiro lugar, o pai se revela como aquele que tem. É a saída do complexo de Édipo. Essa saída é favorável na medida em que a identificação com o pai é feita nesse terceiro tempo. [...] Essa identificação chama-se Ideal do eu. (Ibid., p. 200)

Na descrição dos três tempos do Édipo identificamos também três tempos da identificação. No primeiro a criança se identifica com o falo, com o objeto que completa sua mãe; no segundo a criança se identifica com o pai que ela supõe ser o falo; e por último, no terceiro tempo a criança se identifica com aquele que supostamente o detém. “É por intervir como aquele que tem o falo que o pai é internalizado no sujeito como Ideal do eu” (Lacan 1958, p. 201). O declínio do Édipo depende exclusivamente dessa identificação.

Observamos através da leitura do estágio do espelho e do Édipo uma crucial diferença entre o eu ideal e o Ideal do eu. Enquanto o primeiro se apresenta como uma projeção imaginária do ego; o segundo ascende à operação que introjeta o registro simbólico. Contudo a dimensão narcísica do espelho continua guardada no Ideal do eu. A identificação da criança com o pai também é uma projeção daquilo de o ego delirou em sua primeira apreensão corporal, quando o Outro o nomeou. Sua troca de objeto no Édipo, decorre da escolha de um dia ser completo - ter o falo – e ser aquele primeiro ego unificado no desejo da mãe, do Outro. Por isso o complexo de Édipo institui definitivamente o laço.

Através da marca da lei como falta, o sujeito pode dirigir-se ao outro em sua busca infundável de completar o que um dia as identificações – eu ideal, Ideal do eu - prometeram.